

## Atlas Narrativo de vidas na rua: experimentações éticas de uma metodologia

*Narrative Atlas of street lives:  
ethical experiments of a methodology*

*Atlas Narrativa de vidas en la calle:  
experimentos éticos de una metodología*

Diego Arthur Lima Pinheiro<sup>2</sup> 

Luis Antônio dos Santos Baptista<sup>3</sup> 

**Resumo:** Este artigo problematiza as relações de poder que têm destituído a vida na rua de sua força de existir na atualidade, inviabilizando suas táticas de existência e deslegitimando sua presença na cidade. No intuito de investigar possíveis resistências a estes exercícios do poder, propomos a composição de um Atlas constituído por fragmentos narrativos produzidos no deslocamento pelo Centro Histórico de Vitória/ES realizado com a população de rua que ocupa esta região da cidade. O Atlas Narrativo visa explicitar a dimensão ético-política das ocupações realizadas por essa população. Ressaltamos o caráter minoritário que constitui essa experiência narrativa da cidade, atuando na constituição de pontos de passagem por onde se procurou pensar a dimensão inventiva da vida nas ruas sem abandonar-se, porém, a qualquer tipo de romantização de suas condições de vida. Concluimos no artigo como o Atlas possibilita pontos de vertigem capazes de abrir o pensamento a outra política da existência.

**Palavras-chave:** Subjetividade. Situação de rua. Governo dos pobres.

**Abstract:** This article problematizes the relations of power that have deprived the life in the street of its force to exist in the present time, making its tactics of existence unviable and delegitimizing its presence in the city. In order to investigate possible resistance to these exercises of power, we propose the composition of an Atlas consisting of narrative fragments produced during the displacement of the Historic Center of Vitória / ES carried out with the street population that occupies this region of the city. The Narrative Atlas aims to make explicit the ethical-political dimension of the occupations carried out by this population. We emphasize the minority character that constitutes this narrative experience of the city, acting in the constitution of points of passage through which it was tried to think the inventive dimension of the life in the streets without abandoning, however, to any type of romantization of its conditions of life. We conclude in the article how the Atlas enables points of vertigo capable of opening the thought to the other politics of existence.

**Keywords:** Subjectivity. Street situation. Government of the poor.

**Resumen:** Este artículo problematiza las relaciones de poder que han destituido la vida en la calle de su fuerza de existir en la actualidad, inviabilizando sus tácticas de existencia y deslegitimando su presencia en la ciudad. Con el fin de investigar posibles resistencias a estos ejercicios del poder, proponemos la composición de un Atlas constituído por fragmentos narrativos producidos en el desplazamiento por el Centro Histórico de Vitória / ES realizado con la población de calle que ocupa esta región de la ciudad. El Atlas Narrativo pretende explicitar la dimensión ético-política de las ocupaciones realizadas por esa población. Resaltamos el carácter minoritario que constituye esa experiencia narrativa de la ciudad, actuando en la constitución de puntos de paso por donde se buscó pensar la dimensión inventiva de la vida en las calles sin abandonarse, sin embargo, a cualquier tipo de romantización de sus condiciones de vida. Concluimos en el artículo cómo el Atlas posibilita puntos de vértigo capaces de abrir el pensamiento a otra política de la existencia.

**Palabras clave:** Subjetividad. Situación de calle. Gobierno de los pobres.

<sup>1</sup> **Submetido em:** 22 dez. 2018 - **Aceito em:** 20 jun. 2019 - **Publicado em:** 05 set. 2019.

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – E-mail: diegoarthurlima@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF) – E-mail: baptista509@gmail.com

O tempo de maturação e escrita deste texto também foi o de uma convivência intensa e quase que diária com moradores das ruas da Região Metropolitana de Vitória, Espírito Santo. Em cada palavra deste texto estão presentes muitas vozes e implícitas esta e outras experiências de proximidade sem reserva com a vida nas ruas. Esse vai-e-vem entre acompanhar os constantes deslocamentos da população de rua pela cidade e o trabalho de escrita foi indispensável para a construção do que chamamos neste artigo de Atlas Narrativo. E por que um atlas? Porque andamos por Vitória assim como o viajante de Calvino (1990) anda por Eudóxia, cidade em que tudo está a mudar de lugar. Em Eudóxia, que se estende para cima e para baixo, com vielas tortuosas, escadas, becos, casebres, conserva-se um tapete no qual se pode contemplar a verdadeira forma da cidade. À primeira vista, diz o viajante, nada é tão pouco parecido com Eudóxia quanto o tapete, ordenado em figuras simétricas que repetem os próprios motivos com linhas retas e circulares, cujo alternar de tramas pode ser acompanhado ao longo de toda urdidura. Contudo, ao se deter para observá-lo com atenção, percebe-se que a cada ponto do tapete corresponde um ponto da cidade e que todas as coisas contidas na cidade estão compreendidas no desenho.

O Atlas Narrativo é para nós este tapete controverso de Eudóxia, cuja urdidura capta em seus arabescos as histórias da vida de seus habitantes, tecendo as minúcias de seus deslocamentos por uma cidade em constante movimento. A controvérsia de ser um tapete dos detalhes que se tece por manchas ainda sem forma, pois devido ao caráter infinito de sua urdidura, está constantemente puxando e tramando linhas aqui e ali, desmanchando desenhos em alguma outra ponta. Assim como em Eudóxia, é fácil perder-se em Vitória. Basta nos distrairmos com a aparente imobilidade dos desenhos, mas quando se olha atentamente para o tapete, é possível pressentir a infinitude de sua trama no caminho perdido de um fio que, após uma longa volta, faz com que se entre no tapete por um outro ponto; ou ainda, pela ponta solta de uma linha que logo é retomada do lugar de onde escapou, mas que em sua fuga nos faz entrar na tessitura de outro modo, atravessar a composição das linhas de outro jeito.

O Atlas Narrativo é composto por uma coletânea de narrativas produzidas nos deslocamentos realizados no Centro Histórico de Vitória. Visa nos ajudar a pensar o acesso à cidade e sua ocupação pela população de rua em termos de passagens pelo espaço urbano. Importante dizer também que, na composição do atlas, algumas produções acadêmicas, jornalísticas e literárias tomaram a forma de personagens, isto é, de vozes urbanas que circulam e povoam a cidade produzindo-a de diferentes modos. Nesse sentido, as cartas que o atlas recolhe foram construídas a partir de uma experiência literária da cidade. Apostamos a sua composição como um dispositivo<sup>1</sup> capaz de explicitar as dimensões ético-políticas da ocupação do espaço urbano e de produção da vida realizadas pela população de rua. Assim colocado, o atlas tem o compromisso ético de evidenciar o habitar as ruas como modo de vida possível, não entendendo tal situação apenas como resultado de um fracasso com relação a vida estabelecida dentro dos moldes usuais da casa e do trabalho. Por meio de suas narrativas, chamamos atenção para a necessidade de construirmos outra noção de habitar que não se reduza à forma-casa e ao seu conjunto de funções. Mais amplamente, os processos do habitar abrangem ações tais como apropriar-se de um espaço, instalar-se transformando o espaço e corporificando o ambiente.

Apresentado sob a forma de fragmentos, as narrativas que compõem o Atlas se constituem a partir de uma provocação ética, não para representar, descrever os modos de

existência da população de rua e tampouco dirigir-se a ela, mas para contribuir com o próprio processo de invenção de si que perpassa esse grupo social, desmontando as ideias maciças, as imagens hegemônicas e calcificadas – efeito das múltiplas relações de poder – a fim de captar os povoamentos minoritários<sup>ii</sup> que ela efetua na cidade, que nela emergem, uma minoria criadora que se forja o tempo todo nas relações que a população de rua estabelece consigo e com os outros, forçando-a a inventar-se constantemente (DELEUZE, 1997).

É por essa dupla função do Atlas, a de captar manchas ainda sem forma e a de conferir concretude ao caráter minoritário das resistências, que ele se configura como uma experiência narrativa da cidade e dos modos de ocupação dos espaços urbanos realizados pela população em situação de rua. Em outras palavras, ele atua diretamente na constituição de lugares de passagem, pontos de vertigem, por onde se procurou tornar possível pensar a dimensão inventiva, esse caráter outro, da vida nas ruas próximo o suficiente, sem abandonar-se, porém, a sua sedução ou a qualquer tipo de romantização das condições de vida desse segmento populacional. Esses lugares de passagem – aquilo mesmo pelo que um Atlas se define (SERRES, 1994) –, capazes de abrir o pensamento ao inusitado, chamamos narrativa.

Narrar não é um ato para comunicar aquilo que já sabemos. É um ato violento por meio do qual se abre um terreno de experiência, o espaço onde deve-se efetuar uma experiência do pensamento que não coincide com a plenitude de um sentido, definitivamente presente e comunicável, mas pela sua impossibilidade na inelutabilidade do desaparecimento do homem e de seu mundo na experiência narrativa. Para Maurice Blanchot (2011), a experiência narrativa é inseparável da abertura deste espaço, não mais repleto pelo homem e seus projetos positivos, mas habitado pelo inumano, concernente às forças heterogêneas que afetam o pensamento e o forçam a pensar o impensado. Uma atitude corajosa, pois se opera no encontro com o inusitado, com os afetos deslocados, na tensão entre o que o já ganhou forma como o homem e seu mundo, e o que vai se produzindo no cotidiano das práticas, evocando realidades ainda por vir.

A narrativa está, portanto, ligada à experiência das passagens, do transtorno, do extraordinário. Segundo Blanchot (2005), a ação que a narrativa presentifica é a da transitoriedade, ou seja, a de efetuar e efetuar-se como movimento de errância e passagem em todos os planos que ela toca – histórico, geográfico, político, coletivo, individual, perceptivo. Em outras palavras, a narrativa envolve uma busca infinita pelo momento que precede a existência das coisas em suas configurações rotineiras. Dessa maneira, a experiência narrativa confere matéria de expressão à essa dimensão extraordinária dos acontecimentos, isto é, àquilo que neles escapa às formas do mundo habitual. A experiência narrativa exige, portanto, estarmos abertos às surpresas, às novidades, estarmos atentos aos efeitos da pesquisa sobre o pesquisador e seu objeto, entendendo que, no primado da experiência, fazer e conhecer são inseparáveis.

A fim de captarmos os múltiplos transtornos dos sentidos vividos, são fundamentais as vivências adquiridas nos deslocamentos e no diálogo com a própria população de rua, acompanhando os contornos dos modos de existência construídos nos espaços da cidade. Tais encontros são operadores de diferença porque eles mostram outros mundos, isto é, evidenciam outros usos dos espaços públicos, outras cidades na cidade. No mesmo golpe, arranca os sujeitos implicados nesses encontros de si mesmos, trazendo-os para mais perto desses estranhos mundos, desses itinerários urbanos inusitados (HECKERT; PINHEIRO; SABINO,

2014). Os fragmentos narrativos que compõem o Atlas são, portanto, conjuntos de rotas, sequências de calços dispostos ao longo do percurso. São entradas e saídas, uma espécie de caminho de ronda que ladeia e, por vezes, duplica o outro caminho, aquele da cidade outra onde errar é tarefa sem fim (BLANCHOT, 2011).

A experiência narrativa expõe aqui sua estranha aliança com o andarilho, o trecheiro, o errante, o estrangeiro, essas formas de vida que se produzem a partir da implosão dos dispositivos domésticos – potência de transposição e deslocamento a que este estudo pretende por meio da própria experiência narrativa. Eis porque, segundo Blanchot (2005), a narrativa rejeita com tanta insistência tudo o que poderia aproximá-la da frivolidade do crível e da familiaridade do homogêneo, do retilíneo e do regular. O caráter extraordinário da narrativa não se confunde com o relato de um acontecimento grandioso, ruído e excepcional. Diferentemente, nela o extraordinário faz parte do ordinário, mas apenas sob a condição de fazer ecoar neste a sua versão outra, ou seja, a possibilidade de diferir, de transtornar.

A narrativa trata, portanto, daquilo que não pode ser verificado, daquilo que não pode ser objeto de uma constatação ou de um relato. A narrativa é a realidade transtornada. Ela não é o relato do acontecimento, mas o próprio acontecimento, o lugar onde ele é chamado a acontecer. Ela não é o relato dos encontros, do que se passou ou do que poderia vir a se passar. A experiência narrativa corresponde, desse modo, ao movimento de pesquisa que, experimentando a região onde os acontecimentos, os seres e as coisas, estão presentes ainda por vir, designa este ponto como espaço a ser percorrido. O espaço literário de uma cidade transtornada e, por isso mesmo, áspera e palpável. Transposição que, exercendo-se em todas as direções, de certo transtorna profundamente aquele que a escreve, mas transtorna na mesma medida a própria narrativa e tudo o que nela está em jogo – a cidade, a chamada situação de rua, o governo dos pobres e da pobreza, os pontos de insubmissão.

O Atlas Narrativo que apresentamos a seguir quer percorrer este espaço.

Um sapateiro relata com certo pesar como fomos negligentes com muita coisa na defesa de nossa cidade. Ele observa que até então não havíamos nos atinado, mas os acontecimentos recentes são de causar imensas preocupações e não nos deixam outra opção, se não a de sublinhar este mal que nos atinge. O sapateiro tem uma oficina em frente à praça, no centro da cidade. Mal ergue as portas da loja ao raiar do dia e já vê ocupadas as entradas de todas as ruas que confluem para a praça. Não são soldados nossos, alerta o sapateiro. São corpos andrajosos, evidentemente vindos de outro lugar. Corpos malcheirosos que de uma maneira incompreensível penetraram nossa capital, que até então o sapateiro julgava estar bem protegida por suas fronteiras.

Seja como for, parece que a cada manhã se tornam mais numerosos. Sobre esses corpos o seu relato dá poucas indicações. Eles acampam a céu aberto, pois abominam as casas; têm as bocas escancaradas, dentes afiados, comem juntos com seus animais e afiam constantemente suas facas. Diz ainda que fizeram daquela praça tranquila, mantida sempre inescrupulosamente limpa, uma autêntica cocheira. O sapateiro tenta às vezes sair às pressas de sua loja para tirar ao menos o grosso da sujeira, mas isso ocorre cada vez com menos frequência, pois o esforço lhe parece inútil e, além disso, corre o perigo de ser achincalhado por algum deles.

Com esses esmoladores não se pode falar, recomenda em seu relato. Ante a sua intervenção as pessoas se põem de lado e quando se dão conta, já lhes entregaram parte de suas provisões. Aquilo de que precisam eles pegam. Para eles, nossa maneira de viver, nossas instituições são tão intrigantes quanto indiferentes. Como consequência, recusam qualquer ajuda: tentamos lhes dar banhos, desembaraçar-lhes os cabelos, oferecer roupas adequadas, ensinar-lhes os nossos costumes e não sujar a praça. Muitas vezes fazem caretas, mostram o branco dos olhos e começam a falar como maritacas.

Ademais, ressalta o sapateiro, não parecem ter a intenção de tomar de assalto a cidade. No entanto, dadas as devidas proporções de seu crescimento e da esquisitice que sua presença confere à vida urbana, o sapateiro se intriga com a guarda, que antes marchava festivamente pelas ruas da cidade, mantém-se agora atrás dos portões gradeados dos batalhões. A nós, diz o sapateiro, moradores e comerciantes, foi confiada a salvação da cidade; mas não estamos à altura de uma tarefa dessas, é um equívoco e por causa dele vamos nos arruinar.

Foi justamente nessa época, em que os corpos andrajosos já se instalavam nas escadarias do Palácio, que o sapateiro julgou ter visto o Governador em pessoa numa das janelas. Em geral, o Governador não vem às áreas externas. Dizem que ele vive no mais interno dos jardins do palácio, mas ninguém sabe de fato quando ele lá se encontra. Ainda assim, nesta manhã, pelo menos assim lhe pareceu, o Governador estava em pé junto a uma das janelas espiando a arruaça que acontecia na frente do palácio.

Os mestres de obras asseveram que já há muitos anos diferentes muralhas são erguidas na cidade a fim de proteger a capital contra a invasão dos arruaceiros. E mesmo que eles já tenham se instalado no coração da ilha, a cidade continua a mobilizar todas as suas forças na construção. O empreendimento se dá por partes e, para compreendê-lo, é preciso levar em consideração o seguinte: as muralhas são construídas aos poucos, sutilmente, feitas assim para que se tornem proteções por séculos. Seus alicerces não estão exatamente onde se poderia supor, isto é, contornando a imensidão de um perímetro urbano em constante expansão. Arte dos detalhes, as muralhas recortam a própria tessitura urbana e se assentam com mais força no corpo de cada cidadão.

O mestre de obras garante que uma construção desse porte não é empreendida com leviandade. Há muitos anos, por toda a cidade, declarou-se a família, o trabalho e os hábitos da vida doméstica como os fundamentos mais importantes de nossa arquitetura. Foi em função desses alicerces que se agruparam uma série de saberes dedicados a formar homens versados em matéria de construção, mestres de obras reconhecidos na medida em que estão relacionados com certo ramo da alvenaria geral – psicólogos, assistentes sociais, médicos, pedagogos, antropólogos, sociólogos etc. A construção das muralhas mobiliza toda a cidade e, para dirigir o quadro dos tarefeiros, frequentemente empregam-se os mestres de obra segundo a especialidade da arquitetura em que foram instruídos, pois é de entendimento geral que eles possuem uma compreensão mais elevada do que ali se trata.

Erguendo-se assim blocos de pedra aqui, outros ali, mais alguns acolá, opera-se uma construção fragmentária cuja lógica ninguém entende, mas que, no entanto, todos acreditam obedecer a um plano rigorosamente elaborado pelo Comando Supremo, mesmo que ninguém saiba ao certo quem dele faz parte. É que uma vez implicados na construção de muralhas, os

construtores foram pensados e pensam a si mesmos em termos de muros. Os próprios mestres de obras eram pessoas que haviam meditado muito sobre a construção e não paravam de pensar nisso segundo os fundamentos da família, da casa e do trabalho. De tempos em tempo, eruditos lançam do alto de suas muretas tratados nos quais traçam com muita precisão a importância dessas pedras angulares na organização da vida urbana, destacando as relações que toda a população tem e deve conservar com a família, o trabalho e a casa na defesa de nossa cidade. Isso se dá com tal intensidade que todos se sentem amalgamados a elas desde a primeira pedra que mergulham no solo.

É também com base nessas pedras de angulações urbanas que a existência da população de rua será arquitetada. Que as pessoas passem a ocupar as ruas, diz o mestre de obras, isso só pode ser concebido pelo quadro das vulnerabilidades, pelos erros de cálculo nas fundações e pelas sucessivas desvinculações daí consequentes. Suas provas – é assim que os mestres de obras as chamam – não consistem somente em entrevistas e relatos; ele pretende também ter realizado investigações nos próprios locais onde essa população se instalou e assim averiguado que a construção malogrou em virtude da fraqueza dos alicerces.

Os mestres de obras estão tão soldados ao pensamento desta construção que, quando não edificam a existência da população de rua pela carência de fundamentos, se esforçam para projetar e reconhecer em seus modos de vida uma disposição debilitada dessas três instituições. Seja como for, por meio de sua parafernália, os mestres de obra vão tecendo a trama arquitetônica cujos fulcros vão mostrando como os laços habituais com a família e com a sociedade vão se rompendo paulatinamente, e como o alheamento político, o isolamento social, a redução da vida à sua dimensão do hoje, do aqui e do agora, deixam as pessoas num quase estado de selvageria, tão distantes estão dos costumes de nossa capital. Em suas entrevistas, seus questionários, nas imagens e nos documentários que produzem, a população de rua é intimada a falar e a se mostrar como tal, captada no confronto com os pilares indispensáveis de nossa cultura.

O sapateiro lembra, todavia, que esses corpos vozeiam como maritacas. Ouve-se seus gritos em qualquer ponto do centro da capital. O que pode acontecer quando esse vozerio invade as casas pelas janelas, adentra pelas portas do comércio e se faz mais alto que os muros erguidos cuidadosamente? Qual é a esquisitice que a população de rua imprime à cidade quando se instala em determinados espaços urbanos?

Neste vozerio existe uma força de recusa que a construção das muradas deseja abafar. Uma recusa a um clima de época irrespirável, ao sufocamento progressivo, que se faz sentir na indignação contra a precarização da vida da população de rua a que muitas vezes assistimos impotentes.

A rua! Como podemos pensá-la? Os dicionários dizem: “Rua (s.f.), do latim *rua*, ‘sulco’”; “via urbana ladeada por casas, prédios, muros ou jardins”; “caminho livre entre as fileiras de uma plantação”; “logradouro público ou outro local, em uma cidade, povoação etc., ao ar livre ou não, desde que diferente do local de trabalho ou de residência”. Ao que parece, aponta o cronista, os dicionários também foram escritos pelos mestres de obra e atirados do alto pelos eruditos. Abri o primeiro, o segundo e outros tantos, manuseei enciclopédias e

percorri outros textos. A rua era para eles apenas um alinhado de fachadas, por onde se anda nas povoações.

Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator de vida das cidades; as ruas têm almas! Afirmção perigosa na medida em que se pode entender a alma das ruas como mera reprodução ou projeção de uma suposta natureza humana ou de um psiquismo desencarnado, como se o urbano fosse a réplica de uma ideia universal. Esta dedução é, todavia, um equívoco. Quem conhece as almas das ruas, conhece almas humanas, diz o cronista, entendendo almas enquanto diferentes sensibilidades, conhecimentos de si, construções de alteridade produzidas historicamente.

É nesse sentido que nossos encontros se deram com os movimentos da população de rua no centro da capital. É como população tensora, que opera deslocamentos nos espaços em que se instala, que povoa, que habita e que ocupa, que a população de rua se definiu para nós em sua capacidade de se articular como e com o tecido urbano. Não obstante a alvenaria geral, a população de rua ocupa um território e ao mesmo tempo o desmancha. Dificilmente entra em confronto direto com aquilo que recusa, a população de rua tem seus mangueios e por isso ela desliza, escorrega, recusa o jogo ou subverte-lhe o sentido, corrói o próprio campo e assim resiste às injunções da cidade da falta.

Às vezes, por esses mesmos movimentos, ela corrói a si mesma investindo em alianças inesperadas com a construção de muralhas, alianças nocivas que contribuem para esfumçar a história e a tensão que suas lutas suscitam no corpo da cidade. Com relação a isso, algumas indicações nos são dadas pelo próprio mestre de obras: como a construção das muralhas iria se manter por séculos se não capturasse em alguma medida também as movimentações da própria população de rua? Como conseguiria ela mobilizar tanta gente se não conectasse o sonho das populações à sua maquinaria? Como se expandiria se não vendesse a todos a promessa de segurança? A construção de muralhas suscita mestres de obra em nós.

A população de rua luta por acesso à moradia, à saúde, à educação, à alimentação, a direitos econômicos e, principalmente, por acesso à cidade. Por acesso a todos esses direitos desde os lugares que ocupa na cidade, isto é, que o ato de se instalar nas praças, nas escadarias, nas ruas da cidade não impeça o exercício de determinada política da vida. Uma política da existência que faz do próprio deslocamento um território subjetivo. A população é de rua, e não deste ou daquele Estado, tampouco de qualquer município, bairro ou casa – deixando atônitos os mestres de obra, tão entregues estão ao pensamento das fundações e aos problemas das origens. A população é de rua – e a rua não é um cenário por onde passeiam existências precárias, pois é assim que se produzem corpos despossuídos, depauperados. A população é de rua – se estivermos atentos ao que dizem, podemos entender a rua enquanto campo político de tecedura de sensibilidades onde diversos enfrentamentos de forças podem nos indicar as desnaturalizações da vida precarizada e as invenções cotidianas das lutas.

A rua como campo político do embate de forças é transformadora das línguas. Os dicionários, as enciclopédias estafam-se em juntar regrinhas para enclausurar expressões de forças que as extrapolam. A rua continua impondo às definições calcificantes dos dicionários as palavras que inventa, criando o calão que será a matéria de léxicos futuros, expressões de mundos ainda por vir.

Inspirados no vozeio das maritacas, podemos dizer que as almas, tanto humanas, quanto urbanas, são carregadas de tensão e matéria, são múltiplas e infinitas. Elas não têm paz. Pensar assim as interfaces subjetividade/rua nos leva a indagar as barbáries cotidianas que produzem a vida nas ruas como algo a ser combatido e/ou como alvo de cuidado e tutela. Práticas que tentam silenciar a força política presente não só nas trajetórias de luta deste grupo social, mas também em suas existências particulares, sufocando-a com a atmosfera irrespirável da vida indigna de ser vivida, do suposto alheamento político, com o quadro das vulnerabilidades e dos riscos sociais.

Em seu vozerio, as maritacas ecoam a barbárie inventiva das ruas. Seus gritos não nos deixam esquecer essa força de recusa à produção de existências sufocadas. É que as ruas nascem, como as almas, dos soluços e dos espasmos. Há suor e sangue na argamassa de seu calçamento. Como espaço de embate político, as ruas são detonadoras de sentidos, subjetividades, modos de categorização do humano, entre outras ações. Ressaltamos esse caráter de movimento, de acionar práticas, de interferir produzindo ou dissipando conflitos.

Ao recusar o pensamento das fundações, de que é que se deve fazer o desenho? Dos estilos de vida, dos corpos cujos movimentos são imprevisíveis e impensáveis, dos gritos da cidade, de tudo aquilo que não conseguimos apreender de outro modo. O cronista pergunta: por que é que não precisamos mapear a órbita dos planetas? Porque eles não saem de seu curso. Estão presos a uma lei que permite prever as posições desses corpos celestes. De que serviria então traçar o itinerário nesses casos de movimentos e situações previsíveis? Basta deduzi-los de sua lei, de seu fundamento.

Quanto ao curso dos corpos de rua, não há qualquer lei que prescreva o itinerário urbano feito por suas idas e vindas. Há justas estratégias de ocupação e desmanchamento, de povoamentos e deslocamentos que se fazem em função da tecedura de redes de solidariedade e/ou de coerção. Os corpos errantes que conhecemos ao flunar pelo centro da cidade ocupam espaços urbanos nesse duplo movimento, corpos que marcam e são marcados pelas condições de vida na rua. É também por esse duplo movimento que podemos apreender os contornos moventes de outra urbe, distintos daqueles traçados pelas cidades da falta. Contornos que nascem a partir das movimentações e dos modos como a população de rua se instala nos espaços urbanos. Aí estão situações muito específicas, infinitamente distantes de qualquer lei universal e que, necessariamente, contestam a dita geografia da segurança propalada pelas muralhas.

É que ao fazer do próprio deslocamento um território subjetivo, a população de rua transtorna as fronteiras entre o público e o privado, questiona os imperativos de certa utilidade e de certo cuidado dos corpos, indaga as divisões entre os bons e os maus pobres, os aptos e inaptos, os dignos e os indignos. Seu vaguear exprime circuitos que materializam políticas raciais, econômicas, educacionais, assistenciais, sanitárias e urbanísticas, indissociáveis de uma geografia cidadina que ao mesmo tempo os acolhe e os repele. Um vaguear que, todavia, não se confunde com as trajetórias das pequenas e grandes desvinculações, e que estaria dada na fórmula já gasta daquele que é sem eira nem beira, que anda simplesmente à deveria de tudo. Vaguear é uma força impetuosa que toma em seus movimentos ondulatórios os alicerces das cidades da falta, que os arrasta consigo e desencadeia outros processos de formulação do



espaço urbano, anunciando outros sentidos do habitar que não sejam unicamente remetidos às angulações da casa, da família e do trabalho.

No duplo movimento de ocupar e desmanchar, a população de rua constitui territorialidades como espaços capazes de contemplar uma intensa transitividade. Nessa transitividade está o desafio de se apropriar do espaço urbano sem, contudo, privá-lo daquilo que efetivamente pode constituí-lo como espaço público, isto é, do confronto político entre múltiplas formas de ocupação e de transitividade. A produção desse caráter público na ocupação dos espaços citadinos não é um desafio que está colocado somente para/pela população de rua, mas para todos os atores da vida urbana como capacidade de mobilizar e acessar a dimensão coletiva dos acordos na tessitura de territorialidades. Comerciantes, moradores domiciliados, moradores de rua, guardas e policiais, agentes das chamadas políticas públicas, movimentos sociais ditos organizados, religiosos e outros gestores urbanos – o Centro de Vitória exprime os embates políticos entre todas essas forças. As fagulhas que nascem desses confrontos oras afirmam territorialidades mais generosas, capazes de ancorar ocupações múltiplas e de oferecer passagem a transitoriedades diversas; oras colocam em cena territórios rígidos, incapazes de suportar a heterogeneidade que caracteriza este centro urbano, alarmados com a suposta falta de fronteiras, repletos de medo e de clamores por salvação.

Deslocados no interior da cidade, vemos se desenhar uma topografia urbana ainda desconhecida para nossos corpos demasiadamente domiciliados. São por esses movimentos de constituição de territorialidade que o centro da cidade nos tomou numa experiência errante do pensamento. A região portuária de Vitória está em constante reforma, sempre projetada para se tornar cada vez mais funcional. As edificações crescem verticalmente, vidros espelhados ocupam as novas fachadas e, gradualmente, assumem a função de neutralizar os ruídos das ruas. A arquitetura aqui proposta concebe uma cidade onde se possa ver sem ser visto, ver sem estar exposto ao inconveniente do tenso encontro entre olhares dissonantes. Uma cidade descarnada que utiliza armas específicas na neutralização do cotidiano das ruas. Como expressão dessas estratégias de neutralização, propomos a vocês algumas cenas do cotidiano de Vitória.

Uma reportagem produzida e veiculada por um telejornal local abriga na tela imagens em velocidade, conferindo ao cotidiano a eficaz estratégia do esvaziamento. O referido programa inclui na sua grade de reportagens matérias baseadas em sugestões de moradores domiciliados da Região Metropolitana de Vitória. Houve um dia em que a temática mais pautada foi o descaso da municipalidade com uma de suas praças. Alguns moradores domiciliados foram entrevistados, solicitando em seus relatos a revitalização do espaço, cada vez menos habitável e cada vez mais ocupado pela população de rua.

Em paralelo ao áudio das entrevistas, a câmera filma o calçamento solto, os monumentos encardidos, o lixo acumulado sobre o gramado e as malocas que a população de rua instalou na praça. Nenhum de seus habitantes foi entrevistado. Apenas o áudio dos demais moradores do bairro, as imagens do lixo amontoado e da população de rua compondo a cena como indicadora do descaso com o espaço urbano. Aqueles que aparecem nas imagens têm o mesmo estatuto que a garrafa pet jogada sobre a grama. Os corpos de lugar nenhum são dejetos a serem removidos da paisagem urbana. Lixo que talvez possa ser reciclado. Não se sabe ao certo.

Um dos entrevistados sugere duas saídas: a presença ostensiva de polícia e que os habitantes das ruas sejam enviados para um sítio no interior do Espírito Santo, onde possam ser aproveitados como mão de obra em um trabalho qualquer. Na cidade do mercado, tais práticas se colocam na meta de eliminar a presença da população de rua. Práticas que visam dificultar, precarizar e inviabilizar o exercício de atividades que lhes são vitais e contra as quais a população de rua é confrontada diariamente. No horizonte dessas práticas está a concretização de uma cidade sem rastros, sem pistas e sem marcas.

Nessa arquitetura desencarnada, a sordidez dos corpos de rua é ignorada ou não encontra lugar. Os que transitam pelas ruas e pelos serviços de atendimento são cada vez mais vistos como peso morto. É sua própria existência que incomoda. Para os empresários da urbe, a existência desses corpos não se justifica; são corpos redundantes, inúteis, desprezíveis. Não existe motivo racional para sua presença contínua na cidade. A única resposta racional a essa presença é o esforço sistemático em criar condições para retirar ou restringir sua circulação a determinados espaços.

A demanda pela instituição de uma força-tarefa generalizada entre diversos agentes urbanos expressa em parte esse esforço. Na capital, os bancos da praça foram substituídos por outros, com design mais arrojado, transpassado por hastes de metal para apoiar os braços e impedindo que as pessoas se deitem. Em frente a determinados edifícios é possível encontrar estruturas instaladas para evitar que os corpos de rua ali se instalem. Diante dos comércios, temos substâncias viscosas espalhadas no chão durante a noite, seguranças contratados para retirar qualquer incômodo que possa desviar a atenção dos passantes das vitrines.

Em Vitória há todo um trabalho de produção das almas, sensibilizando a população em geral a não dar dinheiro, não ofertar bicos, nem doar roupas ou alimentos aos moradores de rua. Do contrário, encoraja-se a permanência dessas pessoas nas ruas, possibilitando que elas não procurem os serviços disponíveis na rede e, assim, dificultando o seu monitoramento. Para garantir que a população de rua faça, por assim dizer, um uso adequado dos serviços, é preciso intervir e precarizar as formas de dormir, comer, cozinhar, tomar banho, sentar, deitar, trabalhar e guardar seus pertences pessoais em espaços públicos.

A estratégia aqui é evidente: inviabilizar atividades vitais ao deslocamento, precarizar a constituição de territorialidades, controlar o modo de vida e o espaço de forma que a população de rua não possa fazer o que precisa para viver sem infringir uma cidade idealizada. O motor dessas práticas é a lógica de que a supressão das condições de vida da população de rua levaria ao desaparecimento dos próprios moradores de rua.

Na produção de almas, tanto humanas quanto urbanas, a cidade sem rastros nem cheiro presentifica o vazio sobre esses corpos da seguinte maneira: “moradores de rua voltam a ocupar praças”, “mendigos fazem barraca na rua”, “praça em Vitória tem drogas, pichação e vandalismo”, “esmolas mantém população de rua”; “viciados invadem imóveis vazios”, “especialistas defendem internação à força para viciados em drogas”, “maioria da população da Grande Vitória apoia internação à força”; “projeto proíbe permanência de mendigos na área central”, “mendigos deveriam viram comida para peixe”, “jovens relatam tortura em clínica de reabilitação”, “adolescentes ateiaram fogo em morador de rua”.

Nas imagens, vemos indicadores da constante ameaça à segurança da população em geral. São ameaças à norma todos os corpos cujos modos de vida não se deixam identificar nem neutralizar pela arquitetura das cidades sem pistas, sem histórias, sem ruídos. A carne de seus corpos condensa uma força de abjeção, sórdida, capaz de transtornar a ordem retilínea no traçado de territorialidades urbanas. Nessas cidades, o espaço não fixa ou reprime, mas produz circulação sem permitir que outros sentidos do habitar tomem lugar no corpo da urbe. Se, no entanto, estivermos atentos aos atos subversivos do cotidiano, encontraremos pequenas narrações, minúsculos contadores de histórias de carne e osso, tensores das imagens da insegurança.

A população de rua não vive em um espaço neutro. Ela vive e morre em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas iluminadas e opacas. Nesse espaço, há regiões de passagem, as ruas, as ladeiras, as escadarias, os transportes coletivos; há regiões abertas de parada transitória, as praças, as marquises, os serviços assistenciais; e há regiões fechadas de repouso e moradia, as barracas, as malocas, os albergues e hospedagem.

Do lugar que a população de rua ocupa, em seus deslocamentos, em seu tempo sempre nervoso, deste lugar o Centro Histórico de Vitória não pode mais escapar. Isso não implica dizer que ele esteja assim paralisado, mas que a cidade não pode mais deslocar-se sem ela, não pode ignorar a existência e a pregnância política desta população que mobiliza outros sentidos do habitar. A população de rua confere ao centro urbano certo funcionamento histórico, econômico, político e cultural que não seria possível sem a sua presença. Dizer que a população de rua é moradora histórica do centro de Vitória é, portanto, entender que a constituição deste território não é possível sem a especificidade desses embates, lutas e conflitualidades.

É nesse sentido que a rua emerge no cotidiano das cidades como campo político de embate de forças. A rua se mostra no choque entre os espaços de opacidade, marcados por uma arquitetura desencarnada e habitados por existências esvaziadas de sentido, e a rua como lugar outro, uma espécie de rua interminável que atravessa cidades, países e continentes, em que tem espaço corpos de topias implacáveis. Nesse choque, os espaços de opacidade estão implicados na neutralização das utopias abjetas que esses corpos fazem refluir sobre a cidade. Mas, de fato, o corpo abjeto não se deixa reduzir tão facilmente. Afinal, ele tem suas fontes próprias de territorialidades.

Abjeto é o corpo que faz refluir sobre um território a multiplicidade de vozes discrepantes. O corpo é também ator de utopias quando se trata da constituição de uma aparelhagem, de uma equipagem, de uma preparação. Objetos metálicos, pulseiras, trapos, flores de meia, colares, penduricalhos, sacolas plásticas, todos esses objetos entre outros fazem parte do traje exibido por aquela mulher. A relação com esses objetos não é exatamente, como se poderia imaginar, uma tentativa de adquirir outro corpo, melhor decorado, como que por um débil exercício de vaidade. O som que vem desses objetos reivindica nervosamente sua história. Reivindica com tensão e vigor impressões digitais nas sacolas plásticas, nas pequenas esculturas de arame, nos colares de papelão, nas flores de meia e no cotidiano. Impressões digitais que não registram identidades ou naturezas, mas a narração de histórias com intensidades e nuances diferentes, próximas a um sentido do humano baseado no fazer, a um conto inacabado.

Abjeto é esse corpo que não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos. Sabemos agora que os corpos esvaziados de sentido são frequentemente levados a viver histórias com finais previsíveis, conformados às possibilidades de uma existência fosca. O que não é sempre dito com nitidez é que a história desses corpos é uma história de lutas, de combates, na qual nem sempre a barbárie da neutralização é posta. Quando nos aproximamos dessa implacável topia do abjeto, a vida embaçada se estilhaça e algo inusitado pode ser visto sem os olhos das cidades da falta. O abjeto entendido como força de insubordinação nos fez ver esses corpos como textos coletivos e múltiplos, vozes não rotineiras e não entranhadas em uma espécie de familiaridade gasta, marcados vigorosamente por uma política que faz do próprio deslocamento um território subjetivo.

## Referências

BARROS, Regina Benevides de. Dispositivos em ação: o grupo. *In*: LANCETTI, Antônio (org.). **SaúdeLoucura**. São Paulo: Hucitec, n. 6, 1997.

12

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? *In*: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega, 1996. p. 83-96.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, v. 2, 1995.

HECKERT, Ana Lucia Coelho *et al.* Andarilhos na cidade: população em situação de rua e políticas públicas. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 2.; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 9., 2014, Vitória. **Anais do...** Vitória: [s.n.], 2014. p. 1-13.

SERRES, Michel. **Atlas**. Trad. João Paz. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

## Notas

<sup>i</sup> Os dispositivos são artifícios que colocam alguma coisa em funcionamento. Gilles Deleuze (1996), em sua leitura de Foucault, nos diz que os dispositivos são “**máquinas que fazem ver e falar**”. O que se destaca aqui é que em cada formação histórica, há maneiras de sentir, perceber e dizer que configuram regiões de visibilidade e campos de dizibilidade. Em outras palavras, em cada época, em cada estrato histórico, existem regimes de luz e regimes discursivos que **produzem** determinados **efeitos de realidade**. Em segundo, para Foucault, ainda na leitura de

Deleuze (1996), os dispositivos são um novo, um conjunto multilinear composto por linhas de natureza diferente, e o que os caracteriza é sua capacidade de irrupção naquilo que se encontra bloqueado de **criar**, é o seu teor de liberdade em se desfazer dos códigos que procuram explicar dando a tudo o mesmo sentido. Os dispositivos tencionam, fazem movimentar, deslocam para outro lugar, **provocam outras conexões**. Eles próprios são efeitos de conexões e ao mesmo tempo produzem outras. Apostar num **dispositivo** é apostar na produção de determinados **efeitos**, é se aliar à **ação/criação**, é montar situações que articulem elementos heterogêneos acionando modos de funcionamento que produzirão certos efeitos (BARROS, 1997).

<sup>ii</sup> Por minoritário entendemos tipos de procedimentos, de operações – de condutas, se vocês quiserem – capazes de fazer frente às operações majoritárias de organização do *socius*. Trata-se da constituição de *ethos* como atitudes histórico-críticas que questionam as expressões dominantes, na medida em que conjugam variáveis menores. Importante ressaltar que a diferença entre majoritário e minoritário é de ordem qualitativa, e não quantitativa; tampouco se trata da diferença entre duas formas, mas entre procedimentos. Maioria implica uma constante, um modelo pelo qual o minoritário é avaliado, ao passo que, por minoria, entendemos procedimentos que se desviam do modelo ao experimentar e afirmar outras combinações entre variáveis menores (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

